



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE JAPOATÃ,
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 08/2022

QUE ENTRE SI CELEBRAM O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E RU CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO PÚBLICA.**

O FUNDO MUNICIPAL DE DE SAÚDE JAPOATÃ/SE, pessoa jurídica de direito Público, com C.N.P.J. nº 11.367.566/0001-72 com sede á Rua Getúlio Varas S/N – Centro – Japoatã/SE, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, representada por seu Secretário Municipal de Saúde, o Senhor **WERNER GOMES SIQUEIRA**, brasileiro, maior, capaz, portador do RG nº 11892274 SSP/SE, CNPF nº 693.628.155-91 e a empresa **RU CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO PÚBLICA**, doravante denominado **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 38.234.542/0001-00, com sede na Rua Delmiro Gouveia nº 2048 – Bairro Coroa do Meio – CEP 49.045-810 – Aracaju/SE, representada neste ato por seu sócio administrador o Sr. Renato Luiz Ulisses Vieira Santos, brasileiro, empresário, maior, inicrito no CNPF n.º 033.764.685-67 e portador do RG n.º 21319553 SSP/SE, domiciliado no endereço comercial acima, firmam o presente acordo pelas normas da Lei n.º 8.666/93, mediante as clausulas abaixo:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e Dispensa de Licitação 03/2022.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E SUPORTE NO CONTROLE DE COMBUSTIVEIS DA FRONTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAPOATÃ/SE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. Pela prestação dos serviços descritos no Projeto Básico o CONTRATANTE pagará á CONTRATADA a importância mensal de **R\$ 760,00** (setecentos e sessenta reais) perfazendo o valor global de **R\$ 9.120,00** (nove mil, cento e vinte reais) conforme propostas da contratada em anexo e de acordo com o fornecimento, até o término do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente à entrega dos produtos solicitados, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada e de acordo com as quantidades fornecidas pela Contratada, a pedido da Contratante e mediante apresentação da Prova de Regularidade para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195, parágrafo 3º, Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF, e as Provas de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Débitos Trabalhistas.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE JAPOATÃ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Secretaria, oportunidade em que deverão ser apresentadas notas fiscais, incluindo as certidões referidas no parágrafo anterior, comprovando o efetivo fornecimento dos produtos, relativas ao período correspondente, devidamente atestada pela contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo atraso de pagamento, a parcela atrasada será atualizada segundo a variação do INPC, desde a data final do período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento. Para o efeito deste item, não serão computados os atrasos atribuíveis à contratada e os decorrentes da não aprovação dos documentos de quitação ou ainda da não aceitação do produto.

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

5.1. Da Contratante

- a) É de responsabilidade da contratada providenciar o local para a execução dos referidos serviços;
- b) Pagar à contratada o valor constante da cláusula segunda, deste contrato.

5.2. Da Contratada

- a) Relatório detalhado do consumo mensal e oficiais dos veículos;
- b) Relatório dos Veículos locados e oficiais do Município;
- c) Relatório com identificação dos condutores dos veículos;
- d) Relatório demonstrativo do consumo de combustível anual do município.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas oriundas do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa de 2022 desta Secretaria.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	FONTE DE RECURSOS
1201- FMS Fundo Municipal de Saúde	2163 – Gestão das Atividades Administrativas da Secretaria de Saúde.	3390390000- Outros Serviços Pessoa Jurídica	15001002 Recurso Próprio

CLÁUSULA SETIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

Os serviços deverão ser executados na sede da CONTRATADA, em conformidade com o Projeto Básico e Proposta apresentada, e o seu recebimento dar-se-á de acordo com o disposto no art. 73, I, a e b, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE JAPOATÃ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa na forma prevista no parágrafo primeiro;

III - Suspensão por até 02 (dois) anos do direito de licitar e contratar com a Administração;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A multa será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) do valor da adjudicação e, no caso de atraso não justificado devidamente, cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor da respectiva Nota de Empenho, o que não impedirá, a critério da Administração Municipal, a aplicação das demais sanções a que se refere esta Cláusula, podendo a multa ser descontada dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. A critério da Administração, o Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualiza-do do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto a supressão resultante de acordo celebrado entre os contratantes.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICIPIO DE JAPOATÃ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para qualquer ação decorrente deste contrato, fica eleito o foro da cidade de Neópolis/SE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os seus jurídicos e legais efeitos.

Japoatã/SE, 22 de janeiro de 2022.

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE


Werner Gomes Siqueira
Secretario Municipal

Contratada

RU CONSULTORIA ADM. E DE GESTÃO PÚBLICA


Renato Luiz Ulisses Vieira Santos
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. Gervásio Silva Neto C.P.F. 044.300.735-70
2. Marcimara Valente da Silva C.P.F. 039.685.525-02